



Vencedores e derrotados no debate dialético de acordo com Aristóteles¹

*Fernando Martins Mendonça**

Resumo: Em um artigo influente publicado em meados dos anos 80, Jacques Brunschwig defendeu a ideia de que o debate dialético, para Aristóteles, não resultaria em vencedores e derrotados. Sua defesa é baseada no debate dialético como sendo um trabalho comum entre questionador e respondedor (cláusula *koinon ergon* [cf. *Tópicos* VIII.11 161a20-21]) e como um tipo de teste de consistência de uma dada proposição (cláusula *dia tēn thesis* [cf. *Tópicos* VIII.4 159a20]). Apesar dos muitos méritos do artigo, penso que o argumento de Brunschwig não considera adequadamente aspectos importantes do debate dialético no que concerne à performance dos debatedores, especialmente acerca dos recursos que o questionador deve usar. Ao não considerarmos esses aspectos, temos dificuldades para interpretar passagens em que Aristóteles recomenda o uso de táticas para enganar o respondedor. Meu objetivo nesse artigo será oferecer uma explicação diferente das cláusulas *dia tēn thesis* e *koinon ergon*, de modo que isso implicará uma conclusão segundo a qual o debate dialético honesto pode envolver vencedores e derrotados e manter a observância das duas cláusulas.

Palavras-chave: Dialética; Aristóteles; Debate.

Winners and losers in Aristotle's dialectical debate.

Abstract: In the mid-eighties Jacques Brunschwig published an influential paper of whose main claim consists in a defence of the Aristotelian conception of dialectical

¹ Pesquisa desenvolvida no âmbito do Edital Universal N°28/2018 financiada pelo CNPq sob o número 433825/2018-9.

* Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (2015), com estágio de doutorado sandwich, com bolsa Capes, em Filosofia Antiga na Ludwig-Maximilians-Universität München (2015). Email: fernando.mendonca@ufu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2376997544214656>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3764-3988>.

debate as a game without winners and losers. His claim is based on the dialectical debate as being a common work between answerer and questioner (*koinon ergon* clause [cf. *Topics* VIII.11 161a20-21]) and as a kind of test of the consistency of a given proposition (*dia tēn thesis* clause [cf. *Topics* VIII.4 159a20]). Despite its many merits, I think Brunschwig's argument overlooks important aspects of the dialectical debate concerning the debaters' performance, especially the resources that should be used by the questioner. By overlooking these aspects, we end up with several troubles to interpret passages in which Aristotle recommends deceptive tactics in the debate. My objective in this paper is to give a different account the *dia tēn thesis* and the *koinon ergon* clauses, which will imply a conclusion by which fair dialectical debates can still have winners and losers and observe both clauses.

Key-words: Dialectics; Aristotle; Debate.

Ganadores y perdedores en el debate dialéctico según Aristóteles.

Resumen: En un influyente artículo publicado a mediados de los años 1980, Jacques Brunschwig defendió la idea de que el debate dialéctico, para Aristóteles, no resultaría en ganadores y perdedores. Su defensa se basa en el debate dialéctico como trabajo común entre el que pregunta y el que responde (cláusula *koinon ergon* [cf. *Tópicos* VIII.11 161a20-21]) y como una especie de prueba de la consistencia de una proposición dada (cláusula *dia tēn thesis* [cf. *Tópicos* VIII.4 159a20]). A pesar de los muchos méritos del artículo, creo que el argumento de Brunschwig no considera adecuadamente aspectos importantes del debate dialéctico con respecto a la actuación de los debatientes, especialmente con respecto a los recursos que debe utilizar el interrogador. Al no considerar estos aspectos, nos resulta difícil interpretar pasajes en los que Aristóteles recomienda el uso de tácticas para engañar al que responde. Mi objetivo en este artículo será ofrecer una explicación diferente de las cláusulas *dia tēn thesis* y *koinon ergon*, de modo que esto implique una conclusión de que el debate dialéctico honesto puede involucrar a ganadores y perdedores y mantener la observancia de las dos cláusulas.

Palabras-clave: Dialéctica; Aristóteles; Debate.

I

A dialética, conforme Aristóteles a concebe nos *Tópicos*, é um dos tipos de debate ou diálogo mencionados na obra¹ e tem como característica definitiva o fato de construir silogismos a partir de proposições aceitas (*endoxa*) (cf. I.1 100a 29-90²). Há múltiplas e variadas implicações dessa caracterização. Uma delas é que o debate dialético não envolve debatedores comprometidos com a verdade das proposições³ que figuram em sua argumentação, o que afasta o debate dialético do debate didático, pois professores e estudantes se interessam pelo ensino do que é verdadeiro (cf. VIII.5 159a29-30). Silogismos demonstrativos, caso possam ser construídos por meio de debate⁴, têm critérios epistemológicos bastante estritos, como proceder de premissas primeiras e verdadeiras, ou de premissas que procedem de outras premissas que são primeiras e verdadeiras (cf. I.1 100a30-b1). Ou seja, demonstrações precisam partir de premissas que não só sejam verdadeiras, mas que também deem fundamento ao fato apresentado na conclusão. A cadeia demonstrativa não deve buscar as causas de todas as premissas, mas partir de algumas premissas que são indemonstráveis, isto é, primeiras⁵. Similares ao silogismo dialético são os silogismos erísticos. No contexto dos *Tópicos*, é claro que erísticos são argumentos construídos em debates que *aparentam* seguir a mesma regulação que confere os contornos do debate dialético. A aparência que lhes caracteriza diz respeito ao fato de que ou as premissas que constituem os silogismos erísticos são aparentemente *endoxa*, ou a dedução da

¹ Aristóteles reconhece em VIII.5 159a25-36 e VIII.11 161a17-30 pelo menos três tipos de debates entre respondedores e questionadores, a saber, o debate dialético, o debate erístico e o debate didático. Abaixo voltarei a essa distinção.

² Em todas as referências aos *Tópicos* omitirei a abreviação, mencionando apenas a referência ao livro, capítulo e paginação Bekker.

³ Ver Mendonça (2015, 2023a) e Rapp (2018, p.127-128).

⁴ Ver Angioni (2022) sobre o papel que perguntas e respostas desempenham em contextos demonstrativos.

⁵ Sobre a discussão crítica do fundacionismo aristotélico, ver Angioni (2012), Burnyeat (2012) e Zuppolini (2014, 2020).

conclusão é aparentemente realizada, independentemente de serem as premissas *endoxa* genuínos ou aparentes (I.1 100b23-26; *Ref. Sof.* 2 165b6-7)⁶. Essa caracterização do argumento erístico parece focar sobremaneira o papel do questionador, pois é ele quem desenvolve a função de oferecer proposições como questões que, aceitas, permitem a dedução da conclusão.

Descrevi longamente em outra ocasião a estrutura do debate dialético⁷ e, para os meus interesses e os limites desse artigo, não cabe uma descrição detalhada de como premissas são obtidas em um tal debate. Basta apenas apresentar alguns pontos relevantes. O debate dialético, conforme os *Tópicos*, é iniciado com uma questão, chamada problema, pela qual o questionador propõe o assunto a ser discutido em uma fórmula do tipo ‘X é Y, ou não?’ (cf. I.4 101b29-32). O respondedor assumirá um dos lados da oposição, que será a tese, e o defenderá, tentando impedir que o questionador obtenha, a partir de suas respostas, a conclusão oposta à tese que defende. O respondedor deve ser questionado com perguntas que permitam como respostas apenas ‘sim’ ou ‘não’ (cf. VIII.2 158a 15-17). É direito do respondedor pedir por esclarecimentos quando não compreende algo (cf. VIII.7 160a17-19) e ele deve ser capaz de apresentar objeções quando responder ‘não’ a alguma pergunta (cf. VIII.8 160b2-3). Todo o conteúdo proposicional em um debate é inserido pelo questionador e apenas por ele⁸. Assim, cabe a ele traçar uma estratégia argumentativa para obter aceitação (a resposta ‘sim’) do conteúdo proposicional apresentado como pergunta. O conteúdo aceito será uma premissa no argumento cuja conclusão já se conhece desde o início do debate.

Cabendo ao questionador a responsabilidade de inserir proposições no debate dialético que, se aceitas, constituem premissas de que a conclusão derivará, o tipo de argumento erístico apresentado no início do livro I dos *Tópicos* é construído pelo questionador mal-intencionado⁹. O livro VIII

⁶ Sobre o que é um *endoxon* aparente, ver a discussão em Fait (1998) e King (2013).

⁷ Ver Mendonça (2015, 2023b)

⁸ Sobre isso, ver Hintikka (2004).

⁹ Abaixo explicarei o que significa ser mal-intencionado no debate dialético.

dessa obra nos apresenta o outro lado da história ao descrever o potencial erístico reservado ao papel de respondedor. Cabendo-lhe responder ‘sim’ ou ‘não’ e pedir esclarecimentos, o respondedor mal-intencionado pode negar proposições que não deveria ao não apresentar boas objeções, caso as apresente¹⁰.

O debate, portanto, pode se tornar erístico por atuação do respondedor ou do questionador. Isso implica que o debate dialético genuíno depende da atuação adequada dos dois debatedores, por isso ele é entendido por Aristóteles como uma tarefa comum entre os debatedores (cf. VIII.11 161a20-21, 37-38). A atitude erística tem como objetivo a vitória no debate às custas da derrota do oponente. Por essa razão, Aristóteles identifica o argumento erístico ao argumento agonístico (cf. VIII.11 161a38-5)¹¹.

É a intenção mantida por ao menos um dos debatedores de derrotar o oponente que, para Aristóteles, causa o argumento erístico. O respondedor nega assentimento ao que não deveria negar, ao passo que o questionador falsifica premissas, dando-lhes ares de *endoxa*, ou falsifica a obtenção da conclusão. Em ambos os casos, há a intenção de infligir ao interlocutor o fracasso em sua tentativa de refutar a ou de manter a tese. A vitória como finalidade requer dos interlocutores atos incompatíveis com a boa atitude no debate dialético, que Aristóteles apresenta como ocorrendo por causa da tese (*dia tēn thesin*). Um debate ocorre em virtude da tese quando o debatedor executa sua função visando ao exame do que foi assumido como tese, independentemente de refutar ou evitar ser refutado.

II

Em um artigo de 1986 que viria a se tornar bastante influente, Brunschwig apresentou o debate dialético como um argumento sem

¹⁰ Infelizmente Aristóteles não diz como seria a apresentação de objeções pelo respondedor ao argumentar eristicamente.

¹¹ Também em *Refutações Sofísticas* 2 165b11 encontramos a mesma identificação.

vencedores e derrotados. Em 2007, ao publicar o segundo volume de sua tradução dos *Tópicos*, Brunschwig retoma sua interpretação e lhe dá contornos ainda mais bem definidos. Contudo, o modo como ele compreende duas importantes cláusulas do debate dialético (que chamaremos de cláusula *dia tēn thesin* e cláusula *koinon ergon*) o levam a atribuir a Aristóteles uma envergonhada aproximação da dialética à erística, constituindo um paradoxo no núcleo da concepção aristotélica de debate dialético. Nesta seção, apresentarei o núcleo duro da interpretação de Brunschwig e destacarei a razão pela qual atribuiu a Aristóteles posições que não são consistentes ou adequadas com o que Aristóteles defende em outras passagens.

De um modo muito conciso e pouco detalhado em seu artigo de 1986, Brunschwig descreve o debate dialético de maneira correta. Ressalta que (i) as proposições colocadas como questão são escolhidas não porque são verdadeiras, mas porque são de difícil rejeição pelo respondedor (cf. p. 33), que (ii) o tipo de debate apresentado a que os *Tópicos* é dedicado não consiste em um debate informal e que o método descrito não foi concebido como eficiente para qualquer tipo de discussão, mas para um tipo de debate com regras estritas e possivelmente de caráter interno à escola aristotélica (cf. p. 33-34), que (iii) o debate deve ser realizado de modo não passional (p.32). Essas características são resumidas pelo próprio intérprete assim:

Nos debates para os quais ele [Aristóteles] estabelece regras, o significado da vida não está mais em questão; a preocupação com a verdade recua para o pano de fundo e os debatedores não mais são tentados a se identificarem com as teses que defendem (p.35. Tradução nossa).

Além das características gerais do debate, a sua dinâmica argumentativa também foi compreendida pelo intérprete. O debate se inicia com um problema que demanda do respondedor a escolha entre p e não-p, e presumivelmente ambos os lados da oposição podem ser defendidos (cf. I.11 104b12-14). Esse ponto é fortemente relevante, uma vez que torna provável a rejeição pelo respondedor de premissas que diretamente concluem p ou

não-p, uma vez que a existência de objeções a elas é quase certa¹². Por essa razão, diz Brunschwig:

Ele [o questionador] deve perguntar mais questões do que as estritamente necessárias, em parte para tornar a rejeição dessas premissas que realmente importam mais difícil, em parte para as disseminar num fluxo de questões de modo que as mais importantes não sejam tão óbvias. (p.38. Tradução nossa).

A dinâmica de questões dirigidas e respondidas de acordo com as regras do debate dialético prevê um trabalho coletivo dos debatedores cumprindo as exigências que fazem do debate uma tarefa comum (*koinon ergon*), pela qual o debate dialético seria uma atividade despersonalizada e nenhum dos debatedores visaria à vitória. A finalidade do debate deveria ser a mesma para ambos os debatedores, o que impede que a vitória seja o objetivo da tarefa comum. Brunschwig não define o que é exatamente a cláusula *koinon ergon*, porém a compreende como a negação de qualquer aspecto competitivo no debate dialético (cf. p.37), pois qualquer aspecto competitivo molda o debate para a busca da vitória. Esse modo de compreender a cláusula *koinon ergon* leva Brunschwig a atribuir a Aristóteles um paradoxo. O debate dialético é sempre em relação a outra pessoa (*pros heteron*, cf: p.37; *Top.* VIII.1 155b10), por isso, sendo suas premissas aceitas pelo respondedor, que poderia recusá-las, o questionador precisa utilizar premissas que não são aquelas das quais a conclusão se obtém e técnicas para esconder do respondedor o modo como pretende deduzir a conclusão. O paradoxo se estabelece pelo fato de ter Aristóteles caracterizado o debate como um *koinon ergon* e como *pros heteron*. A

¹² Como um bom problema dialético apresenta uma oposição cujos dois lados podem ser defendidos, haverá, portanto, premissas que suportam as duas conclusões opostas. Como é improvável que as premissas necessárias que suportam p também suportem não-p, o respondedor poderá facilmente apresentar uma objeção ao que é proposto.

ocultação da conclusão, juntamente com outras táticas, configuraria escorregões do filósofo¹³.

A cláusula *koinon ergon* dependeria, portanto, de um debate despersonalizado e orientado para o teste da tese que o respondedor assumiu no início do exercício dialético. Em *Top.* VIII.4 159a18-24, a orientação das atividades dos debatedores ocorre em função da tese. A tarefa comum só pode ser executada na medida em que suas atividades são orientadas pela tese. Essa condição eu nomeei de cláusula *dia tēn thesin*. Embora Brunschwig não a explicita em seu artigo, é evidente que ela opera em seu entendimento. Diz o intérprete:

Ao contrário [de um debate com opiniões pessoais], eles [os debates dialéticos] são restritos a debates organizados, codificados, quase ritualizados, em que as principais regras são tais que, **uma vez fixado o objeto de discussão ('p ou não-p?') e a posição do respondedor declarada (digamos, 'p'), o questionador deve construir um argumento de modo que (i) sua conclusão seja 'não-p', e (ii) todas as suas premissas sejam diretamente estabelecidas por ele mesmo, mas colocadas em questões direcionadas ao respondedor e assumidas apenas se este último lhes confere seu acordo**" p.33 . (Tradução e ênfase nossas)

No comentário a sua tradução, publicada em 2007, Brunschwig retoma essa discussão mantendo a mesma interpretação, porém atribuindo a Aristóteles não só escorregões, mas o desconforto e o embaraço de manter

¹³ "What Aristotle has to say about this latter technique, which he calls *krupsis tou sumperasmatos* concealment of the conclusion), is especially interesting. On the one hand, he says that those questions which only aim at concealing the conclusion are *agônos charin*, for the sake of contest; this, it would seem, should exclude them from dialectical practice. But on the other hand, he adds that it is necessary to make use of such questions as well, because the whole of dialectic is *pros heteron*, in relation to and against someone else (155 b 26-28). Here he seems to admit that unavoidably there is some agonistic component in dialectic, and that, as Péguy says, »war is what people do when they are two«. **And this is not an isolated slip:** elsewhere Aristotle allows his questioner a number of tricks which I cannot here enumerate, but which look much like war-stratagems." (Brunschwig, 1986, p. 38, ênfase minha).

a necessidade de se fazer uso de estratégias argumentativas, como as de ocultação da conclusão, em um debate dialético que se caracteriza por ser uma tarefa comum¹⁴.

Acredito que a interpretação das cláusulas *koinon ergon* e *dia tēn thesin* por Brunschwig não está completamente equivocada, mas precisa ser mais refinada, de modo que possamos atingir dois objetivos: a) evitar atribuir a Aristóteles alguma inconsistência ou paradoxo e b) entender em que sentido a dialética aristotélica, não sendo erística, pode envolver algum sentido de vitória e derrota.

III

Como se viu acima, o debate se inicia com um problema proposto pelo questionador que consiste em uma questão da forma ‘X é Y ou não?’. O problema será tanto melhor quanto mais argumentos houver em favor dos dois lados da questão: a afirmação de que X é Y e a negação de que X é Y. Nada impede que um problema coloque em questão um lado para o qual haja muito mais argumentos do que para outro. Esse tipo de problema parece ser útil para treinamento e não é o tipo mais comum usado em debates dialéticos. Suponha que o questionador coloque como problema uma

¹⁴ “La technique de «camouflage de la conclusion» peut paraître déloyale; elle rapproche incontestablement la dialectique et l’agonistique, manière agressive de discuter qui ne vise qu’à la victoire de l’un des interlocuteurs sur l’autre. Presque partout ailleurs, Aristote insiste sur la différence entre dialectique et agonistique (ou éristique): voir en particulier VIII 5, 159a26-36; 11, 161a37- b 1; Soph.El. 2, 165b8-11; voir aussi, cependant, *ibid.* 34, 183b2 (sur le «voisinage» entre dialectique et sophistique), et naturellement le célèbre passage du Sophiste de Platon (231a) sur la similitude, comme entre chien et loup, de l’art de la réfutation avec la sophistique. On comprend donc qu’Aristote éprouve ici, **fût-ce avec quelque embarras ou mauvaise conscience**, le besoin de justifier l’utilisation possible, par le dialecticien, d’une technique caractéristique de l’argumentation agonistique. Pourtant, il serait inexact d’assimiler à une contradiction l’inconfort de sa position: dans les circonstances dialectiques appropriées, le recours au camouflage de la conclusion peut effectivement devenir «nécessaire», par exemple si le répondant, voyant trop vite où le questionneur veut en venir, s’arrangeait pour faire avorter le débat par des réponses aberrantes.” (Brunschwig, 2007, p. 265; ênfase nossa).

questão como “Alimentar-se de animais é correto ou não?”. O respondedor deverá escolher entre um dos lados do problema. Seja qual for o lado, como se trata de uma questão controversa (pelo menos para grande parte das pessoas) haverá argumentos para sustentar qualquer uma das duas posições. Digamos que o respondedor assume que é correto alimentar-se de animais. O questionador deverá concluir com base em premissas aceitas (*endoxa*) pelo respondedor que não é o caso que alimentar-se de animais é correto. Em sua estratégia, o questionador opta por deduzir a conclusão de premissas como ‘usar animais como alimentos causa sofrimento aos animais’ e ‘causar sofrimento é errado’. Certamente há grupos de pessoas que aceitariam as duas premissas como verdadeiras. Como o debate dialético não se interessa pela verdade das proposições que usa, não importa se o respondedor acredita que essas premissas são verdadeiras ou se são falsas. O valor de verdade delas não é razão para a aceitação das proposições como premissas. Adicionalmente, as duas premissas podem sofrer objeções. Além disso, por que o respondedor as aceitaria se, ao aceitá-las, estaria concedendo premissas para o questionador obter a refutação a que visa? A não ser a remota hipótese de ele não perceber como as premissas ocasionam a dedução da conclusão, não há por que as aceitar. O questionador teria iniciado muito mal o debate e inviabilizado a dedução da conclusão usando as premissas mencionadas. Talvez sucesso tivesse se iniciasse as perguntas por proposições muito afastadas das premissas que deseja alcançar, mas que ofereçam a ele um caminho lógico até elas, como se perguntasse algo assim: ‘Animais são dotados de sensação?’. Seria difícil negar essa proposição e, em certa estratégia, ela pode ser o início do caminho para a obtenção das premissas das quais a conclusão é deduzida.

Premissas como ‘Animais são dotados de sensação’ são usadas para alongar o argumento, que é uma das estratégias de ocultação da conclusão. Seria erístico o uso desse tipo de premissa de acordo com a interpretação de Brunschwig, porém também necessário, já que sem premissas desse tipo o respondedor não aceitará premissas das quais a conclusão é obtida.

O que está em questão aqui é a distinção que Aristóteles faz entre premissas necessárias e premissas não-necessárias (cf. VIII.1 155b20-24).

Qualificar premissas como necessárias, nesse contexto, nada tem a ver com a modalidade das premissas ou com necessidade lógica. Aristóteles quer distinguir algo elementar no debate, porém a que pouco se dedicam os intérpretes. Dada a dinâmica de perguntas e repostas e que, havendo condições de objetar a alguma pergunta, o respondedor o fará e se recusará aceitá-la, requer-se do questionador, como vimos, o uso de premissas afastadas da conclusão. Esse afastamento pode ser compreendido em dois eixos. Pode haver um afastamento cronológico entre as premissas necessárias e não-necessárias, sendo estas obtidas, em geral, antes daquelas. Aristóteles parece não só ciente desse tipo de afastamento, como também parece recomendar seu uso ao dizer que não se deve obter premissas necessárias próximas da conclusão (Cf. VIII.1 155b29-30). Para meu interesse, o eixo cronológico não é relevante e não me dedicarei a ele. O eixo que me interessa é o lógico. Premissas não-necessárias são logicamente afastadas da conclusão porque a dedução da conclusão não se obtém a partir delas, mas a partir das premissas necessárias, das quais a dedução da conclusão é logicamente imediata. Consideremos o seguinte exemplo: $(P, Q \rightarrow R) (S \rightarrow Z), (R, Z \rightarrow C)$. Nesse esquema, letras representam proposições, sendo ‘C’ a conclusão almejada pelo questionador, e ‘ \rightarrow ’ representa implicação. P, Q e S estão logicamente afastadas de C, ou seja, C não ocorre por causa delas. Aristóteles as caracterizaria como não-necessárias. R e Z, por sua vez, acarretam C, sendo necessárias para que C ocorra. Nesse eixo lógico, não é relevante em que momento do debate R e Z foram obtidas, isto é, se cronologicamente logo antes de C ou se após sua obtenção mais proposições foram objetos de questionamento. São, portanto, necessárias porque, *na argumentação realizada* pelo questionador, são dessas premissas que a conclusão é obtida. Uma vez que uma proposição qualquer pode ser obtida a partir de uma miríade de outras proposições, a necessidade dessas premissas diz respeito ao papel lógico que elas desempenham dentro de um debate específico. Em outro debate, a mesma conclusão pode ser obtida por outras premissas (e essas seriam as necessárias neste debate) e nada impede que premissas necessárias em um debate não sejam sequer mobilizadas em outro, ou que sejam não-necessárias.

Aqui se revela o primeiro ponto em que a interpretação de Brunschwig precisa ser refinada. Premissas não-necessárias não devem ser entendidas como premissas supérfluas, como o faz o intérprete (2007, p. 292). É verdade que, do ponto de vista lógico, premissas para o embelezamento da argumentação podem ser consideradas supérfluas se não cumprirem nenhum papel para a obtenção da conclusão (cf. VIII.1 157a6-13). Porém, premissas que cumprem papel lógico relevante não são supérfluas. O uso dessas premissas não-necessárias é requerido no debate dialético. Diferentemente de argumentações filosóficas, em que é desejável que a conclusão esteja próxima das premissas e o vínculo entre elas seja o mais claro possível (cf. VIII.1 155b10-16), debates dialéticos demandam uma abordagem muito diferente, porque são sempre realizados em relação a outra pessoa e a verdade das proposições não é algo decisivo para a aceitação de uma premissa pelo respondedor. Assim, o debate não ocorreria sem o uso dessas premissas e, como dissemos, a qualificação que recebem de não-necessárias não tem a ver com a contingência de seu uso na argumentação, mas pelo seu papel lógico, que não ocasiona a dedução da conclusão. O questionador, portanto, mobiliza premissas não-necessárias porque precisa fazê-lo e não porque escolhe fazê-lo, não sendo, por isso, supérfluas.

Há no debate a possibilidade de uso de premissas não-necessárias e que não são úteis à dinâmica lógica da argumentação. Em VIII 1 157a1-5, 11-13, Aristóteles apresenta esse tipo de premissa sem apresentar nenhuma objeção ao seu uso. Brunschwig, equivocadamente, entende que ao considerar legítimo o uso de premissas desse tipo, Aristóteles contradiz o que diz em VIII.11 161b28-30, ao descrever que uma das críticas ao argumento dialético diz respeito a mobilizar premissas que não cumprem papel na dedução da conclusão. Considere o esquema: $(P, Q \rightarrow R)$, $(S \rightarrow Z)$, $(F, G \rightarrow H)$, $(R, Z \rightarrow C)$. Note que as proposições F, G e H não exercem papel algum para a obtenção de C. Em um debate, o respondedor que as tivesse aceitado esperaria que algum papel elas cumprissem e, por isso, ele estaria em uma posição prejudicada. Por essa razão, Aristóteles diz que o uso de premissas como F, G e H é merecedor de críticas. Brunschwig entende que

Aristóteles, em VIII.11, contradiz o que recomenda em VIII.1. Não é preciso, entretanto, atribuir a Aristóteles uma contradição. As premissas inúteis para a conclusão não precisam ser compreendidas como premissas obtidas que não cumprem papel para a dedução da conclusão, como F, G e H, no exemplo. É perfeitamente possível que Aristóteles esteja recomendando ao questionador que faça perguntas que esclareçam premissas já apresentadas, ou que confirme que certas proposições sejam casos particulares de outras proposições. Desse modo, essas premissas inúteis logicamente contribuem para alongar a argumentação, ou para embelezar, o que resulta no afastamento da conclusão, que é o objetivo mesmo do uso de premissas não-necessárias.

Embora o uso de premissas não-necessárias seja requerido e, à primeira vista, não parece nada desleal utilizá-las, há uma razão muito forte para Brunschwig atribuir a Aristóteles um paradoxo. Em VIII.1 155b18-28, Aristóteles diz:

Deve-se discutir a ordem do questionar, distinguindo as premissas que devem ser assumidas para além das necessárias. Dizem-se necessárias as premissas pelas quais o silogismo vem a ser. As que são assumidas para além dessas se dão em quatro tipos: em vista da indução e de oferecer o universal, para dar volume à argumentação, para ocultar a conclusão e para tornar a argumentação mais clara. Não há outro tipo de premissas para além dessas, mas é por elas que se deve tentar desenvolver [o argumento] e questionar. As premissas para ocultação se dão em vista da disputa (*ágonos charin*), mas já que todo esse estudo ocorre em relação a outra pessoa, é necessário utilizá-las¹⁵.

O trecho é bem claro. O uso de premissas para a ocultação da conclusão se dá em vista da disputa, o que não parece ocorrer com os outros três tipos de premissas não-necessárias. Aristóteles, em certas passagens, parece identificar (se não intencionalmente, pelo menos extensionalmente)

¹⁵ Todas as traduções das passagens citadas das obras de Aristóteles são nossas.

debates marcados pela disputa a debates erísticos (cf. VIII.11 161a38-5). Há, portanto, razões fortes para enxergar um paradoxo no núcleo da concepção aristotélica de debate dialético. Para evitar o paradoxo de Brunschwig, temos que recusar que a tarefa comum (*koinon ergon*) não envolva nenhum tipo de atitude competitiva e/ou que a ocultação da conclusão seja um procedimento que implica o debate erístico. Eu pretendo enfrentar as duas premissas do paradoxo que Brunschwig atribuiu a Aristóteles. Antes, porém, preciso apresentar detalhadamente o que são as cláusulas *koinon ergon* e *dia tēn thesin*.

Essas duas cláusulas exercem papel fundamental para o estabelecimento do debate dialético a despeito de serem apresentadas de modo breve por Aristóteles. A primeira delas ocorre em VIII.11, quando Aristóteles se dedica a distinguir a crítica ao questionador e a crítica ao argumento. Na passagem, lemos:

T1 – (i) O respondedor frequentemente é o responsável por não debater o argumento corretamente ao não conceder adequadamente [as premissas] a partir das quais se constitui o debate **em relação à tese** [*pros tēn thesin*]. (ii) Ora, não cabe apenas ao outro alcançar com êxito a tarefa comum [*koinon ergon*]. Portanto, é necessário, em algumas ocasiões, atacar a pessoa que fala e não a tese quando o respondedor abusivamente observa uma postura contrária ao questionador. (iii) Portanto, ele faz com que as discussões se tornem capciosas e disputadas (*agônistikai*) e não dialéticas. (iv) Além disso, como essas argumentações são em vista dos exercícios e dos testes, mas não em vista do ensino, deve-se construir o silogismo não só verdadeiro, como também falso, nem sempre a partir de verdades, mas também de falsidades. [...] (v) Uma vez que o parceiro de discussão mal-intencionado (*phaulos*) impede a tarefa comum [*koinon ergon*] (é claro também no argumento), há, pois, algo comum nesses casos, exceto nos competitivos. Nestes, não ocorre de ambos os debatedores terem o mesmo objetivo, pois é impossível mais de um vencer. Não faz diferença se isso ocorre por causa do responder ou do

questionar. Ora, o questionador erístico debate com má-intenção (*phaulōs*), o que responde não concede o que é aparente nem aceita o que, em alguns casos, o questionador deseja obter. (161a17-30, 161a37-161b5)

É em T1 que a ideia de *koinon ergon* é apresentada e oposta à vitória no debate e esse trecho é central para o paradoxo de Brunschwig, já que a vitória é o fim buscado na competição, e não na dialética. Nesse sentido, soa estranho que em T1(i) o respondedor seja apontado como quem frequentemente torna o debate erístico, já que em I.1 Aristóteles entende como silogismo erístico aquele que parte de *endoxa* aparentes ou é um silogismo aparente, para o que o trabalho do questionador é muito mais decisivo. Isso será tratado em T1(v). Em T1(i), a postura correta do respondedor (e do questionador) consiste em argumentar em relação à tese, como veremos adiante. Seja como for, T1 mostra que a qualidade do debate dialético depende de os dois debatedores cumprirem seus papéis e que, em situações nas quais um deles ultrapassa os limites do debate dialético, é necessário um ataque à pessoa, segundo o trecho T1(ii). Não há especificação de em que esse tipo de ataque consiste e como deve ser realizado, porém é claro que se trata de um movimento legítimo de um dos debatedores para trazer para dentro das balizas dialéticas o debatedor desviante. A importância desse ponto não deve passar despercebida. O ataque à pessoa na condição descrita não desconfigura o debate, mas concorre para mantê-lo nos limites da dialética. Porém, é presumível que o ataque à pessoa em outras circunstâncias não seja nada além de deletério à dialética¹⁶. O fato de que esse procedimento possa ocorrer em

¹⁶ Smith (1997, p. 139) entende o texto de modo diferente ao propor que o respondedor erístico força o questionador a usar táticas capciosas. “If the answerer is uncooperative and refuses to grant anything just so as to make trouble, then the questioner will be forced to use whatever arguments will work or even to resort to contentious tactics. When this happens, it is the answerer's fault, not the questioner's; [...] if the questioner is ready to reject anything the questioner says, you have no choice but to respond in kind and attack the person rather than the thesis. It is therefore the fault of such an answerer if the questioner resorts to sophistry.”. Parece-me que Aristóteles, ao recomendar, e, portanto, considerar legítimo o ataque à pessoa, quer mostrar que esse procedimento, em contextos bem específicos, é

argumentações dialéticas e erísticas não confunde o domínio de cada um desses tipos de debate. Em T1(iii), Aristóteles separa o domínio do debate competitivo do domínio do debate dialético, não havendo entre eles nenhuma intersecção.

Em uma outra passagem, Aristóteles deixa claro o que torna o debate um debate competitivo:

Já que é indefinido [como responder] nos argumentos construídos em vista do exercício e do teste (pois os objetivos não são os mesmos para os que ensinam ou aprendem e para os competidores, nem [o mesmo] para esses e os que se dedicam junto com outra pessoa em vista da investigação. Os que aprendem devem assumir sempre as opiniões, pois ninguém tenta ensinar falsidades. Dentre os que competem, o questionador deve parecer, de qualquer forma, causar algo [no respondedor], ao passo que o respondedor deve aparentar nada sofrer. Nos encontros dialéticos, que não são em vista da competição, mas em que os argumentos construídos são em vista do teste e da investigação, não está delimitado como o respondedor deve se esforçar e quais premissas conceder e quais não em relação a defender adequadamente ou não adequadamente a tese.) VIII.5 159a25-36

Se a vitória em debates competitivos parece ser a obtenção da conclusão, no caso do questionador, e no caso do respondedor, evitar a obtenção da conclusão, o objeto da vitória competitiva seria o mesmo que almejam os debatedores genuinamente dialéticos (cf. I.1 100a18-24, VIII.4 159a15-24). *O que é distintivo dos debates competitivos, entretanto, é vitória às custas do mal desempenho do interlocutor causado pelo seu companheiro de debate.* O questionador competitivo, erístico por isso, usa as artimanhas que Aristóteles descreve em I.1 (premissas aparentemente endoxais e/ou dedução aparente) como meio para afetar o respondedor, enganando-o quanto à qualidade das premissas ou validade da dedução da

adequado à dialética e não sofístico ou erístico por natureza. Além disso, parece estranho que um debate que está sob risco de se tornar erístico seja corrigido por procedimentos erísticos.

conclusão ou de passos argumentativos intermediários (em premissas não-necessárias)¹⁷. A vitória a que visam os competidores não é, portanto, qualquer vitória, como entendeu Brunschwig (p.38), mas aquela que acontece com o prejuízo do interlocutor. É por isso que, em T1(v) Aristóteles qualifica o competidor como sendo *phaulos*. E essa qualificação não deve ser compreendida como sendo um adjetivo com força adverbial significando um debatedor ruim que é incompetente na arte do debate. Trata-se antes de um debatedor que utiliza a competência que tem, independentemente de quão competente é, para alcançar a vitória utilizando deliberadamente artifícios dirigidos para afetar de algum modo o seu interlocutor. Assim, o que Aristóteles entende por vitória, em debates erísticos, não é a refutação ou a defesa de uma tese, mas a atuação deliberada de ao menos um dos debatedores para causar prejuízo ao seu interlocutor e por isso prevalecer sobre ele¹⁸. É na medida em que atuam para afetar o interlocutor e infligir a ele algum erro ou não conceder o que é necessário conceder que o debate se corrompe para sua forma viciosa e, portanto, perde de vista o *koinon ergon*. Quem busca infligir algum prejuízo a seu

¹⁷ O mesmo parecer ser dito em *Refutações Sofísticas* 11 171b18-22.

¹⁸ O termo '*phaulos*' pode ser usado para denotar um procedimento mal-feito ou um estado de caráter mau. A tradução de '*phaulos*' que propus como mal-intencionado tem como objetivo capturar a maldade ou má-fé na atividade dos debatedores. Aristóteles não pretende nessa passagem usar o termo para mostrar a incompetência técnica do debatedor erístico. É o contrário, na verdade. O debatedor *phaulos* usa sua competência no debate para enganar o interlocutor. Nos *Tópicos*, o termo *phaulos* é utilizado múltiplas vezes para opor a pessoa de bom caráter (*spoudaios*) à pessoa de caráter ruim (*phaulos*) (Cf. II.2 109b37-38, II.4 111a22, IV.5 126a34-35). Desse modo, é bastante plausível que Aristóteles esteja utilizando o adjetivo '*phaulos*' e o advérbio '*phaulōs*' para indicar a qualidade do caráter do debatedor erístico. Em *Refutações Sofísticas*, o debatedor erístico é chamado de desonesto (*adikos*) (cf. *Ref Sof* 11 171b) e, diz Aristóteles, "nos discursos opostos, a erística é a disputa desonesta (*adikomachia*)."
(*Ref. Sof.*11 171b23-24). Desse modo, parece claro que traduzir '*phaulos koinōnos*' como um adjetivo de valor adverbial atribuído ao substantivo, como o faz Smith (*poor participant*) e Brunschwig (*mauvais coöperator*), perde a menção ao caráter do debatedor, dando a entender que é erístico porque é um debatedor incompetente. O advérbio '*phaulōs*', na linha 161b3, portanto, não deve ser lido como 'poorly', ou 'mal', mas como se referindo ao modo qualitativo do caráter do debatedor.

interlocutor, obviamente, não pode ter em vista um fim comum ao interlocutor que visa prejudicar.

A passagem T1(iv) é importante porque nela o debate dialético é distinguido do debate didático. Neste, há a preocupação de que as proposições utilizadas sejam verdadeiras, ao passo que o debate dialético não é caracterizado por essa preocupação, sendo requisitado em muitos casos o uso de proposições falsas para a refutação da tese mantida pelo respondedor. Portanto, o uso de proposições falsas como premissas não torna erístico o debate e, como seu uso é legítimo no debate dialético, e premissas dialéticas são *endoxa*, há *endoxa* que são falsos. O debate dialético, por sua vez, ocorre em vista do exercício e do teste, como marcado pela passagem T1(iv). A caracterização mais precisa do que é o exercício e o teste não é relevante para esse artigo. Aristóteles quer mostrar que a dialética difere da erística e dos debates didáticos, não sendo importante para essa diferença se debates em vista de testes e exercícios (e investigação) são modos distintos de operação da dialética ou não¹⁹.

A passagem de VIII.5 citada apresenta a mesma oposição entre tipos de debate apresentada em T1. Debates didáticos, debates competitivos e debates dialéticos têm objetivos diferentes e procedimentos diferentes. A sequência do capítulo VIII.5 oferece um conjunto de regras que constituem o modo correto de responder às perguntas que o questionador propõe. Tratar dessas regras é algo fora do escopo deste artigo. O importante é que o debate dialético, seja em vista do teste, exercício ou investigação, é caracterizado como aquele que ocorre em conjunto outra pessoa (*met' allēlōn*) conforme as regras para responder e perguntar corretamente. Nem o debate didático, nem o debate competitivo são caracterizados desse modo, pois em nenhum deles há um esforço conjunto para o mesmo objetivo. Ensinar e aprender são atividades diferentes (cf. *Física* III.3 202b16-22) e a competição, como vimos, visa à vitória, possível a apenas um dos debatedores. O debate dialético, por outro lado, envolve duas pessoas que têm em foco o mesmo objetivo.

¹⁹ Sobre essa distinção, ver Mendonça (2015).

O *koinon ergon* como tendo o mesmo objetivo é a razão pela qual Brunschwig entende que não é correto pensar a dialética como um jogo²⁰. Comparar a dialética com o xadrez ou a esgrima é um recurso interpretativo equivocados, segundo o intérprete, porque nessas atividades os dois lados teriam iguais chances de ganhar e, principalmente, porque não há senão um vencedor nessas atividades. Gostaria, porém, de salientar um ponto que passa despercebido na análise de Brunschwig: a dialética como exercício (*gmunasia*)²¹.

O termo '*gmunasia*' aplicado à dialética denota um certo aspecto de treino e de exercícios aos debates. Porém o termo se aplica originalmente a atividades físicas em que a competição não está excluída. Há exercícios desse tipo que são realizados como uma tarefa comum em que os atletas envolvidos buscam coletivamente o mesmo fim, o que não impede que haja um esforço individual visando desempenhar sua função melhor do que os outros atletas com quem se colabora. Tomemos atividades como corrida de revezamento. O grupo de atletas que constitui um time busca um fim comum ao grupo. Em competições, um grupo que tem ciência de sua capacidade, e sabe que não tem condições de competir com os melhores, pode visar alcançar alguma marca e não vencer a corrida. Seja como for, o fim buscado nessas tarefas comuns não impede que indivíduos se esforcem para se sobressaírem aos seus pares. É perfeitamente compatível, por exemplo, quatro corredores visarem em conjunto seja à vitória, seja a alcançar determinado tempo, de modo que cada um correrá pelo fim que é comum, e

²⁰ Importante notar que a interpretação de Brunschwig se torna progressivamente mais elaborada. Em sua tradução e comentário dos quatro primeiros livros dos *Tópicos*, a dialética é apresentada como um jogo a dois com regras bem determinadas e que resulta na vitória de um e derrota do outro debatedor (1967, p. XXIII). No artigo de 1986, apesar de tentar eliminar o caráter competitivo da dialética, em uma passagem ele considera que a dialética deve ser um jogo justo (*fair game*) (p.32-33). Essa única menção à dialética como um jogo, no entanto, não gera nenhuma dúvida quanto ao caráter não competitivo da interpretação proposta, deixando claro que o intérprete muda seu entendimento ao longo do tempo.

²¹ Não faz diferença para o meu ponto se a *gmunasia* é um tipo específico de dialética ou se Aristóteles a considera como a mesma coisa que a dialética em vista do teste e da investigação, pois é bem claro nas passagens de VIII.5 e VIII.11 que as considerações de Aristóteles se aplicam a todos esses tipos de dialética.

cada um se esforce para ser o melhor dentro do grupo e visar obter reconhecimento por isso. Em debates dialéticos, algo semelhante ocorre. Os debatedores se esforçam para mostrar sua competência. Há diversas passagens que servem como evidência para meu ponto, isto é, que a performance dos debatedores é algo relevante no debate. Aristóteles recomenda que teses contrárias ao que as pessoas geralmente desejam não sejam assumidas, pois isso gera o risco de que o debatedor seja visto como defendendo a tese como posição pessoal e não em vista do argumento (cf. VIII.9 160b17-22). O questionador pode ser criticado mesmo se conseguir obter a conclusão que buscava se o fez utilizando-se de premissas consideradas ruins (VIII.11 162a3-8) ou se a aceitação de uma premissa toma tempo em excesso (VIII.2 158a25-26, VIII.11 161b31-33).

Mesmo executando uma tarefa comum, bons questionadores tentarão obter a conclusão usando premissas não-necessárias pouco óbvias e inesperadas pelo respondedor e, por meio delas, fazer com que o respondedor assumira, por força dos comprometimentos que fez ao aceitar as premissas não-necessárias, premissas necessárias que geram a conclusão buscada. Bons questionadores buscarão modos sofisticados para construir o silogismo dialético. Por outro lado, bons respondedores concederão apenas o que for necessário, porque têm a capacidade de antever as consequências que cada premissa proposta acarreta e de compreender a validade dos passos argumentativos que o questionador propõe. A rejeição de qualquer premissa deve ser acompanhada de uma objeção. São vários os modos de objetar e Aristóteles claramente afirma que há modos melhores do outros²². Portanto, também a atividade do respondedor pode ser avaliada como melhor ou pior de acordo com sua performance.

Brunschwig, com sua interpretação do debate dialético como despersonalizado, arremata seu artigo de 1986 assim:

Argumentos sem vencedores e derrotados: a despeito dos paradoxos e dificuldades, Aristóteles, penso eu, tentou consistentemente construir um conceito de

²² Cf. VIII.10 161a1-12

dialética que implica tais argumentos. Essa é uma dialética sem lágrimas, sem drama, sem conexão com os conflitos entre as pessoas, sem alguém oculto a agir na luta por dominação. (Brunschwig, 1986, p. 40)

Como base no que apresentamos, percebe-se que a conclusão a que Brunschwig chega se deve a ele não ter considerado nuances importantes entre o tipo de esforço de que dialéticos competentes lançam mão para tentarem sobressaírem-se no debate utilizando os recursos legítimos da dialética e a competição em que alguém obtém destaque às custas do prejuízo do outro debatedor. O debate dialético mexe com valores, com a reputação, com o desejo por ser reconhecido como bom debatedor. Não é, portanto, um debate impassível ao modo descrito por Brunschwig. Por essa razão, a cláusula *koinon ergon* não impede que debatedores dialéticos se esforcem para serem considerados melhores que seus parceiros de discussão.

Antes de passar para a segunda cláusula que me interessa, resta lidar com uma dificuldade textual que apresentamos acima. Em VIII.1, Aristóteles diz: “As premissas para ocultação se dão em vista da disputa (*agônos charin*), mas já que todo esse estudo ocorre em relação a outra pessoa, é necessário utilizá-las.” (155b26-28). Até aqui, viu-se que o debate dialético não é um debate despersonalizado, mas ainda resta o paradoxo de Brunschwig na medida em que a dialética usaria técnicas que existem em vista da competição e da erística.

É possível lidar com esse problema se compreendemos o que a relação X se dá em vista de Y quer dizer. Em um sentido mais direto, a relação diz que X é algo adaptado ou constituído adequadamente para a atividade de Y. Isso não significa que para toda ocorrência de Y há a ocorrência de X. Para tanto, uma cláusula muito mais forte se faria necessária. Por outro lado, pode-se perguntar se para toda ocorrência de X há a ocorrência de Y. A interpretação de Brunschwig depende de uma resposta positiva a essa pergunta. Mas essa resposta é correta?

Apresentarei algumas passagens em que Aristóteles usa ‘*charin*’ ou ‘*heneka*’ com genitivo significando essa relação X se dá em vista de Y.

Em *Ética a Nicômaco* I.13 1102a23-26, lemos: “O político deve estudar a alma, mas estudá-la em vista (*charin*) dessas coisas e na medida em que é suficiente para o assunto buscado, pois o excesso de precisão talvez seja mais trabalhoso do que o assunto requer.”. O que Aristóteles aponta nessa passagem é que o estudo da alma (X) se conforma adequadamente às necessidades do político (Y). Isso significa que, para qualquer político competente, o estudo da alma é necessário, porém isso não implica que para toda ocorrência do estudo da alma há a ocorrência da política.

Nos *Tópicos*, há algumas passagens interessantes sobre o predicável próprio. Em 129b7-8, Aristóteles diz: “Pois o próprio produzimos em vista (*heneka*) do conhecimento”. Em 130a4-5, é dito: “Concede-se o próprio em vista (*charin*) do aprender”. O predicável próprio se dá em vista tanto da aprendizagem quanto do conhecimento, o que revela que a relação X se dá em vista de Y não estabelece que para toda ocorrência de X há a ocorrência de Y.

Por fim, gostaria de apresentar uma passagem nas *Refutações Sofísticas* em que Aristóteles menciona o uso de premissas para a ocultação da conclusão. Em um contexto em que se distingue o que constitui modos corretos de questionar de modos incorretos, o que supõe bastante precisão em sua argumentação, Aristóteles diz: “De modo geral, tudo o que foi dito antes relativo à ocultação é útil *também* para as argumentações competitivas, pois a ocultação se dá em vista de passar despercebido e passar despercebido se dá em vista do engano” (*Ref. Sof.* 15 174a26-29). A passagem parece deixar claro o que apontamos acima. Estratégias de ocultação de conclusão são adequadas para o debate competitivo, mas também o são para o debate dialético genuíno. A passagem de *Tóp.* VIII.1 que gera o problema para Brunschwig pode agora ser interpretada diferentemente. Aristóteles não está preso a um paradoxo. Pelo contrário, ele está mostrando que a distinção entre dialética e erística não se configura pelo uso de certas estratégias argumentativas, mas pela finalidade com que essas estratégias são usadas. A oração adversativa na passagem, portanto, não tem a função de introduzir uma concessão envergonhada de práticas competitivas no debate dialético, mas introduz uma cláusula de precaução. Em atividades esportivas, alguém

poderia dizer ‘cometer faltas se dá em vista do jogo injusto, mas é necessário no jogo justo’. Ao dizer isso, não se está introduzindo no jogo justo uma prática injusta. O que se quer dizer é que essa prática, sob certa finalidade, constitui parte do jogo justo, mas pode fazer parte do jogo injusto se realizada sob outra finalidade.

Podemos agora entender a cláusula *koinon ergon* do seguinte modo. A tarefa comum executada pelo questionador e respondedor diz respeito a um conjunto de procedimentos detalhados no livro VIII dos *Tópicos* que estabelecem as regras justas do debate, que não é executado visando à vitória de um debatedor sobre outro, mas o ataque e a defesa de uma tese, nada impedindo que os debatedores se esforcem para se mostrarem melhores do que o seu interlocutor. Como se vê, a tese tem papel central no debate e, por isso, agora me dedicarei a explicar a cláusula *dia tēn thesin*, que nos conferirá um entendimento mais claro da finalidade do *koinon ergon*.

A expressão *dia tēn thesin* ocorre apenas duas vezes nos *Tópicos* e ambas em um mesmo contexto, em VIII.4, quando Aristóteles descreve o papel do respondedor e do questionador. Uma expressão com sentido correlato, a saber ‘*pros tēn thesin*’, ocorre em uma passagem já citada acima: 161a17-23²³. O trecho mais relevante para a cláusula é o seguinte:

T2 – (i) A função do questionador é conduzir o argumento de modo tal que fará o respondedor dizer as coisas menos aceitáveis dentre as necessárias por causa da tese (*dia tēn thesin*). (ii) A função do respondedor é parecer *não ser por causa dele que ocorre o impossível ou o paradoxal, mas por causa da tese*. Ora, talvez assumir no início o que não deve seja um erro diferente

²³ A rigor, a expressão aparece várias vezes nos *Tópicos*, porém complementada ora por ‘*chrēsimos*’ (*pros tēn thesin chrēsimon*), como em 111b36, 112^a13, 113^a19, 156b5, ou por ‘*epicheirēma*’, como em 110^a11 e 111b12. Seu uso sem qualificação ou complemento ocorre apenas uma vez além da passagem mencionada, quando, em 161b25, Aristóteles apresenta a crítica ao silogismo dialético que obtém uma conclusão diferente daquela que o questionador deveria obter. Assim, a conclusão não ocorre *pros then thesin*. Esse sentido não é diferente daquele que me interessa, mas não o abordarei em detalhes porque isso envolveria uma discussão mais ampla sobre o silogismo dialético. Sobre isso ver Mendonça (2023b).

de não defender o que foi assumido desse modo.
(159a18-24. Ênfase nossa)

Essa passagem é de bastante difícil interpretação em seus detalhes e é ignorada pelos estudiosos. Não é nem um pouco claro que tipo de argumento está em questão aqui²⁴. Felizmente, esses problemas não precisam ser analisados neste artigo. Sejam quais forem os pormenores das funções do questionador e do respondedor, é claro que são balizadas pela tese.

Em T2(i), o papel desempenhado pelo respondedor está em foco. O argumento que se constrói deve ser tal por causa da tese em questão. Como se viu, a tese é a proposição escolhida pelo respondedor no início do debate e estabelece também o que o questionador deve obter como conclusão. Tendo o respondedor escolhido *p*, caberá ao questionador construir um silogismo com premissas aceitas pelo respondedor que tenha como conclusão não-*p*. Um silogismo que não obtenha a conclusão definida no início do debate não é um bom silogismo²⁵. Uma vez estabelecido *p* como tese, o debate deve girar, portanto, em torno dela. O questionador não deve propor questões que não se relacionam com a refutação da tese. O modo como suas questões se relacionam com a tese ocorre, como vimos, ou por meio de premissas não-necessárias, ou por meio de premissas necessárias. Como premissas necessárias são aquelas que ocasionam a dedução da conclusão e premissas não-necessárias são aquelas que conduzem à obtenção das premissas necessárias, um silogismo dialético adequado, que conclui não-*p* a partir de *endoxa*, não pode conter premissas para além dessas²⁶. Com efeito, uma argumentação que obtenha proposições que não executam papel algum na obtenção da conclusão, ou seja, que não são nem

²⁴ Brunschwig (2007, p. 280) e Smith (1997, p. 130) entendem que nessa passagem Aristóteles introduz um tipo de argumento refutativo inconsistente com a concepção mais madura de refutação que é descrita em VIII.5 e seria a concepção presente em toda a obra. Isso mostra que a passagem é problemática.

²⁵ Cf. VIII.11 161b19-24.

²⁶ Cf. VIII.1 155b24-25.

premissas necessárias, nem premissas não-necessárias, é objeto de crítica porque o silogismo não ocorre pelas premissas obtidas (cf. VIII.11 161b28-30).

O uso de premissas que não são propostas por causa da tese não tem por efeito a ocultação da conclusão de modo legítimo. Seu uso afeta o respondedor, que passa a considerar tais proposições em sua estratégia esperando que elas desempenhem algum papel na argumentação. Haveria nesse cenário um truque ilegítimo que insere no debate um expediente erístico, afinal a conclusão não é deduzida do que se propôs como premissa. Assim, o questionador tem sua função balizada pela cláusula *dia tēn thesin*, que lhe permite usar apenas proposições que se relacionam com a conclusão que deve obter.

T2(ii), por sua vez, descreve a função do respondedor, que também é balizada pela cláusula *dia tēn thesin*. Como se viu, não cabe a esse debatedor inserir informações na argumentação. Sua função limita-se a aceitar ou rejeitar, mediante objeção, as premissas propostas pelo questionador. O trecho é bastante relevante porque mostra em que sentido o respondedor deve evitar dizer algo contraditório, que é a sua função descrita no primeiro parágrafo dos *Tópicos*²⁷. Percebe-se que não se deve impedir a conclusão a qualquer custo. Caso a conclusão seja obtida, ela deve ocorrer por causa da tese e não por causa do respondedor. A expressão, parece claro, significa que o respondedor deve responder de modo a não ser ele o responsável por aceitar proposições que permitam a dedução da conclusão. O modo em que ele não é responsável precisa ser esclarecido.

Qualquer proposição envolve um conjunto de consequências lógicas, assim como a aceitação de uma estrutura argumentativa que não tem validade lógica compromete quem a aceitou com qualquer proposição obtida através dela. Não cabe ao respondedor recusar proposições de acordo com a sua conveniência. Recusar o que não deve ser recusado torna o debate erístico, conforme T1(i). O que *deve* ser aceito é (a) tudo aquilo para o que

²⁷ Aristóteles inicia a obra assim: “O propósito desse estudo é encontrar um método pelo qual poderemos construir silogismos sobre qualquer problema proposto a partir de premissas aceitas e, sustentando nós mesmos um argumento, não dizer nada contrário.” (I 1 100a18-21)

o respondedor não consegue levantar objeções, (b) tudo o que é consequência lógica da aceitação de (a) e (c) tudo aquilo que se obtém a partir de passos argumentativos legitimados pelo respondedor. Por outro lado, o respondedor *não precisa* aceitar premissas (i) para as quais ele tem objeções e (ii) passos argumentativos que não se baseiam em necessidade lógica, mas na aceitação pelo respondedor, desde que apresente objeção. O respondedor genuinamente dialético não é responsável pela obtenção da conclusão nos casos (a), (b) e (c) de aceitação das premissas. Nesses casos, a conclusão se dá *dia tēn thesin*. É pela força lógica das proposições e passos argumentativos aceitos que a conclusão é deduzida. A conclusão é obtida por causa do respondedor nos casos (i) e (ii). Nesses casos, não foi a força lógica das proposições e passos argumentativos aceitos que são responsáveis pela dedução da conclusão, mas uma falha do respondedor que aceita o que não precisava aceitar.

As estratégias recomendadas para o uso de premissas não-necessárias revelam-se, agora, valiosas no debate dialético. Usam-se essas premissas para dificultar ao respondedor enxergar o modo como a conclusão será obtida. Cabe a ele rastrear na multiplicidade de proposições que lhe são apresentadas as relações lógicas entre elas e as consequências dos compromissos que faz ao aceitar passos argumentativos que precisam ser avaliados. O debate dialético não deve ser organizado pelo questionador de modo linear, como é recomendável que ocorra em debates didáticos ou demonstrações científicas²⁸. A ideia mesma da organização do questionamento é confundir o respondedor, porém sem o enganar. A conclusão ocorre *dia tēn thesin* quando o respondedor, conseguindo rastrear as relações lógicas e as consequências do que aceita, não tem o que fazer a não ser aceitar as premissas apresentadas. Esse é o modo dialético de debater.

É importante notar que o respondedor erístico é aquele que não responde, segundo T1(i), em relação à tese (*pros tēn thesin*). Não responder em relação à tese consiste em “não conceder adequadamente [as premissas]

²⁸ Cf. VIII.1 155b10-16

a partir das quais se constitui o debate” (VIII.11 161a18-19). A explicação de T2(ii) mostra que negar premissas nos casos (a), (b) e (c) acima descritos é em que consiste não debater *pros tēn thesin*, de modo que essa expressão em T1 tem o mesmo sentido de *dia tēn thesin* em T2.

O trecho final de T2(ii) parece explicar o erro que ocorre quando a conclusão é deduzida por causa do respondedor. A escolha de uma tese no início do debate não deve ser confundida com a defesa mal-feita dessa tese. Uma tese difícil de ser defendida pode ser erroneamente escolhida. O respondedor pode ter optado irrefletidamente por um dos lados da oposição²⁹. Porém, o erro quanto ao lado escolhido não ameniza ou justifica erros durante o debate. Uma tese de difícil defesa pode ser bem defendida. A qualidade da performance dos debatedores não depende da tese escolhida no início do debate.

Uma vez que o debate deve ocorrer segundo a cláusula *dia tēn thesin*, respondedor e questionador têm suas funções balizadas por perguntas e respostas que devem estar vinculadas à tese em questão. Questionadores não podem usar recursos para enganar ou afetar o respondedor, e este não pode negar aceitação às questões daquele sem objeções. *A cláusula dia tēn thesin pode, portanto, ser entendida como a exigência de que a tese ocupe o centro do debate como foco da atividade do respondedor e do questionador.*

A centralidade da tese no debate dialético é o que permite o *koinon ergon*. É por causa dela que os debatedores se envolvem em um trabalho que tem como fim comum o teste dialógico da tese. Deve estar claro a esta altura que o debate dialético não é um teste de consistência das opiniões que gera resultados seguros para alguma investigação filosófica ou científica. O debate dialético testa a tese de acordo com a capacidade dos debatedores.

²⁹ Parece-me que Aristóteles não considera sempre como erro a escolha do lado mais difícil da oposição. Isso pode ocorrer deliberada e refletidamente em casos de treinamento ou em que o respondedor simplesmente deseja mostrar que é capaz de defender até mesmo teses de difícil sustentação. Se isso estiver correto, o erro na escolha da tese se dá por uma opção irrefletida. Seja como for, o que é central aqui é a distinção entre escolha da tese e defesa da tese, de modo que o erro quanto à primeira não justifica o erro quanto à segunda.

Debatedores de excelência travarão um debate sofisticado em que ambos vão lutar para firmemente cumprirem suas funções. Ainda assim, o teste da tese é dialógico. Não é algo como um algoritmo que testa com segurança a consistência da tese com um número elevado de outras proposições. Esse teste é realizado com o número de proposições levantadas pelo questionador e analisadas na medida em que o respondedor conseguir rastrear as relações lógicas e as consequências de seus comprometimentos. O caráter limitado do teste da tese é, não obstante, um teste da tese e é este o objeto a ser alcançado pela tarefa comum. Os debatedores, esforçando-se em atividades opostas, porém complementares, tomam o teste da tese como objetivo do diálogo e o executam em uma tarefa comum.

Outra consequência da conjunção das duas cláusulas que compõem a regulação do debate dialético é que o bom desempenho dos debatedores não depende de que o questionador obtenha a conclusão e o respondedor evite sua obtenção. Em um debate que cumpre as duas cláusulas, cada debatedor pode executar bem sua respectiva função:

Ora, nada impede que o argumento em si mesmo seja censurável, mas em relação ao problema ele seja elogiável. Por outro lado, nada impede que um argumento seja elogiável, mas em relação ao problema ele seja censurável, quando é fácil concluir a partir de um grande número de proposições aceitas e verdadeiras. Em certas ocasiões, o argumento que chega à conclusão é pior do que o que não chega à conclusão, quando se conclui a partir de premissas simplórias (*euēthes*), mas o problema não é assim. (VIII.11 161b39-162a6)

Um argumento que não tem conclusão, considerado enquanto argumento, é sempre pior do que um argumento que tem conclusão. Porém, ao se considerar a performance do questionador, um argumento sem conclusão pode mostrar uma atividade melhor do que um argumento com conclusão. O mesmo princípio se aplica ao respondedor. Uma tese difícil de defender pode ser bem defendida mesmo se a conclusão foi obtida, desde que o respondedor não seja a causa da dedução. Uma tese fácil de atacar

pode ser mal atacada, mesmo tendo sido obtida a conclusão, se o questionador utilizou premissas simplórias (*euēthes*) para construir o silogismo. Por outro lado, um respondedor defendendo uma tese muito fácil de defender pode evitar a obtenção da conclusão mesmo cometendo muitos erros e aceitando premissas que não precisava assumir. Por sua vez, um questionador pode executar sua tarefa adequadamente mesmo se não obtém a conclusão, caso a tese seja muito difícil de ser atacada e ele utilizou recursos engenhosos e sofisticados para o ataque.

É porque o debate não tem como objetivo a simples defesa da tese ou sua refutação, mas o teste dialógico dela, que o debate dialético não visa à vitória como defesa ou refutação da tese. No final das contas, o objetivo do debate dialético pode alcançado pelos dois debatedores simultaneamente seja com a conclusão sendo obtida pelo questionador, seja com a defesa pelo respondedor. Isso não impede, como vimos, que os debatedores se esforcem para serem reconhecidos como melhores, que desejem se sobressair no debate. Pelo contrário, esse esforço contribui para o melhor exercício dialético, formando ataques e defesas mais sofisticados e engenhosos para o teste da tese.

Conclusão

O debate dialético difere do debate erístico pela sua finalidade e pelos modos de alcançar o que se almeja ao realizá-lo. A dialética genuína não visa à vitória de um debatedor sobre o outro e a atuação dos debatedores não ocorre mediante procedimentos que afetam o interlocutor. O debate dialético é marcado por um esforço guiado pelo teste dialógico da tese em uma tarefa comum desempenhada necessariamente pelo questionador e pelo respondedor em conjunto. Brunschwig bem observou esse aspecto e defendeu que a dialética aristotélica não tinha por interesse a prevalência de um debatedor sobre outro.

O artigo de Brunschwig (e seu trabalho sobre os *Tópicos* como um todo) foi importante marco nas discussões sobre a dialética aristotélica e os

Tópicos de modo geral, obra muito mencionada e pouco estudada minunciosamente. Os resultados a que chegou colocaram, a meu ver, decisivamente no cenário dos estudos aristotélicos a dialética como uma tarefa comum e não como uma disputa em que o bom sucesso de um lado implica o insucesso de outro. Esse aspecto, julgo, permanece correto em sua obra.

Por outro lado, o modo como Brunschwig interpreta o que chamei de cláusulas *koinon ergon* e *dia tēn thesin* o levou a atribuir a Aristóteles um paradoxo no núcleo de sua concepção de debate dialético. Uma interpretação menos restrita das duas cláusulas desfaz o paradoxo, mantendo o aspecto não competitivo da dialética. Neste artigo, propus que a cláusula *koinon ergon* não impede que debatedores tentem se sobressair em relação ao seu interlocutor e que o uso de técnicas de ocultação da conclusão não confere ao debate uma envergonhada concessão à erística. Tais técnicas, assim como o conjunto todo de questões e respostas mobilizado no debate, são genuinamente dialéticas se cumprem a cláusula *dia tēn thesin*.

O resultado a que chegamos mostra um debate dialético que visa ao que chamamos de teste dialógico da tese e consiste em um esforço sofisticado e engenhoso de emaranhar proposições pelo questionador e de conseguir rastrear as relações entre essas proposições pelo respondedor. O esforço intelectual de um debate de alto nível é algo notoriamente elevado e é compatível com dramas e lágrimas, alegria pelo sucesso obtido e decepção em caso de falha. O debate dialético é realizado por pessoas motivadas por realizar em conjunto o teste da tese. No sentido de vitória que Aristóteles emprega nos *Tópicos* e nas *Refutações Sofísticas*, o debate não tem derrotados e vitoriosos. Há, porém, o sucesso e o insucesso. E esses dependem fundamentalmente da performance de cada debatedor em vista do teste da tese realizado nesta tarefa comum. Se há algum sentido em que se pode falar de vitória no debate dialético, ele se dá quando os debatedores cumprem as cláusulas *koinon ergon* e *dia tēn thesin* e a vitória é coletiva. A derrota, por sua, também é coletiva.

O bom debate dialético, com sua natureza coletiva, depende da boa disposição dos debatedores, e será tanto mais bem realizado, quanto maior for a dedicação e generosidade dos debatedores. O professor Marcelo Pimenta, em todos os encontros que tivemos, desde as minhas participações em eventos de pesquisa de graduandos na UFMG à colaboração em bancas de defesa de pós-graduação, mostrou sempre enorme generosidade e dedicação para a formação acadêmica sólida e dirigida para o melhor desenvolvimento humano dos estudantes. Sou grato por ter tido essas oportunidades de convívio e aprendizagem com Marcelo.

Referências

- ANGIONI, L. Os seis requisitos das premissas da demonstração científica em Aristóteles. *Manuscrito - Revista Internacional de Filosofia*, v. 35, n. 1, p. 7–60, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-60452012000100001>
- ANGIONI, L. Dialectic and Scientific Expertise: Posterior Analytics I.12. *Manuscrito não publicado*, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1093/oseo/instance.00262063>
- BRUNSCHWIG, J. *Aristote: Topiques, Livres I-IV*. Paris: Les Belles Lettres, 1967.
- BRUNSCHWIG, J. Aristotle on Arguments without Winners or Losers. In: *Wissenschaftskolleg Jahrbuch 1984/5*. Berlin: Siedler Verlag, 1986. p. 31–40.
- BRUNSCHWIG, J. *Aristote: Topiques, Livres V-VIII*. Paris: Les Belles Lettres, 2007.
- BURNYEAT, M. Aristotle on understanding knowledge. In: BURNYEAT, M. F. (Org.). *Explorations in Ancient and Modern Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. v. 2p. 115–144.
- BYWATER, I. *Aristotelis Ethica Nicomachea*. Oxford: Clarendon Press, 1894.
- FAIT, P. Endoxa e consenso: per la distinzione dei due concetti in Aristotele. *AIS*, v. 15, p. 15–48, 1998.
- HINTIKKA, J. Socratic Questioning, Logic and Rhetoric. In: HINTIKKA, J. (Org.). *Analyses of Aristotle. Jaakko Hintikka Selected Papers, vol 6*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2004. p. 219–238. DOI: https://doi.org/10.1007/1-4020-2041-4_14

KING, C. G. False endoxa and fallacious argumentation. *Logical Analysis and the History of Philosophy*, v. 15, 2013. DOI: <https://doi.org/10.30965/26664275-01501008>

MENDONÇA, F. M. Os Tópicos e a competência dialética: lógica e linguagem na codificação do debate dialético. Tese (doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 256p, 2015.

MENDONÇA, F. M. In what sense wrong conceptions of *eudaimonia* get at least some things right: on the purpose of *Nicomachean Ethics* i.8. *Dissertatio*, vol 58, p. 272-301, 2023a. DOI: <https://doi.org/10.15210/dissertatio.v58i.26548>

MENDONÇA, F. M. The Dialectical Syllogism in Aristotle's Topics. *Archai*, v33, p.1-34, 2023b.

RAPP, C. Aporia and Dialectical Method in Aristotle. In: KARAMANOLIS, G.; POLITIS, V. (Org.). *The Aporetic Tradition in Ancient Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 112–136. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781316274293.007> PMid:28209413

ROSS, D. *Aristotelis Physica*. Oxford: Clarendon Press, 1950.

ROSS, D. *Topica et Sophistici Elenchi*. Oxford: Clarendon Press, 1958.

SMITH, R. *Aristotle's Topics: Books I and VIII with excerpts from related texts*. Oxford: Clarendon Press, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1093/oseo/instance.00258598>

ZUPPOLINI, B. Fundacionismo e Silogística. In: ANGIONI, L. (Org.). *Lógica e Ciência em Aristóteles*. Campinas: Editora PHI, 2014. p. 161–202.

ZUPPOLINI, B. Comprehension, Demonstration, and Accuracy in Aristotle. *Journal of History of Philosophy*, v. 58, p. 29–48, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1353/hph.2020.0002>

Data de registro: 01/08/2023

Data de aceite: 24/04/2024